

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA

GABRIEL VICTOR PASCOSKI MENDES LUSTOSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: UM  
ESTUDO DO COMPORTAMENTO SOCIOECONÔMICO DO  
MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS**

Dourados/MS  
2019

GABRIEL VICTOR PASCOSKI MENDES LUSTOSA

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DO  
COMPORTAMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre S. Corrêa

Banca Examinadora:

Professor: Dr. Enrique Duarte Romero

Professor: Dr. Paulo Henrique de O. Hoeckel

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L972p Lustosa, Gabriel Victor Pascoski Mendes  
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DO COMPORTAMENTO  
SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS [recurso eletrônico] / Gabriel Victor  
Pascoski Mendes Lustosa. -- 2019.  
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Alexandre de Souza Corrêa.  
TCC (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.  
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:  
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Políticas Públicas. 2. Desenvolvimento Local. 3. Dourados. 4. Mato Grosso do Sul. I. Corrêa,  
Alexandre De Souza. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

GABRIEL VICTOR PASCOSKI MENDES LUSTOSA

Esta monografia foi defendida dia 27/11/2019 e julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:



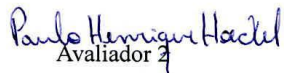
Presidente

Alexandre de Souza Corrêa



Avaliador 1

Enrique Duarte Romero



Avaliador 2

Paulo Henrique de Oliveira Hoeckel

Este trabalho, assim como a minha graduação,  
é dedicado aos meus pais: Abdias e Mara.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus que possibilita tudo na minha vida. Os agradecimentos são direcionados também a minha família, amigos e todos que participaram e participam do meu crescimento.

Sou grato ao meu orientador que me ajudou muito com este trabalho. Cada professor e professora foram fundamentais nesta jornada de graduação, assim como meus professores anteriores à graduação. Um professor transforma vidas e por assim dizer, deixo aqui o meu reconhecimento.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o perfil de desenvolvimento econômico e social do município de Dourados entre os anos de 2005 e 2016, considerando o tema das políticas públicas e o desenvolvimento do município de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul. Considerou-se no trabalho que os gastos públicos em saúde e educação são políticas públicas que devem ser direcionadas para melhorar a condição de desenvolvimento de uma localidade. Por meio da análise de dados secundários disponibilizados, principalmente pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi possível notar a condição econômica e social de Dourados, que se mostrou dinâmica no decorrer do período analisado. Os dados levantados demonstraram uma economia classificada em “Alto Desenvolvimento”, colocando o município em destaque a partir de indicadores de Saúde, Educação e Emprego/Renda, mas com algumas complexidades que devem ser melhor estudadas, como indicativos de: concentração de renda; níveis de emprego; e ineficiência nos gastos públicos.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Desenvolvimento Local. Dourados. Mato Grosso do Sul.

## ABSTRACT

This work has as objective to analyze the profile of economic and social development of the municipality of Dourados between 2005 and 2016, considering the theme of public policies and the development of the municipality of Dourados in the state of Mato Grosso do Sul. It was considered at work that public spending on health and education are public policies that should be directed to improve the condition of development of a locality. Through the analysis of secondary data provided, mainly by the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM), it was possible to notice the economic and social condition of Dourados that was proved dynamics over the analyzed period. The data collected showed an economy classified as “High Development”, highlighting the city from Health, Education and Employment / Income indicators, but with some complexities that should be better studied, such as: income concentration; employment levels; and inefficiency in public spending.

**Keywords:** Public policy; Local development; Dourados; Mato Grosso do Sul.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 OBJETIVO GERAL .....	12
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	12
1.3 JUSTIFICATIVA .....	12
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>14</b>
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS .....	14
2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	17
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
3.1 OBJETO DE PESQUISA .....	21
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	21
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>24</b>
4.1 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	24
4.2 ASPECTOS SOCIAIS .....	33
4.2.1 A SAÚDE NO MUNICÍPIO DE DOURADOS.....	33
4.2.2 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS.....	36
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como base o estudo das desigualdades sociais e econômicas, considerando que não é raro nações em que parte da população não possui o mínimo necessário para sobrevivência, visto que há outros casos de indivíduos que detêm sozinhos grandes riquezas. O presente busca a análise das condições econômicas e sociais da população do município de Dourados no Mato Grosso do Sul com o objetivo de verificar a existência de políticas públicas para atender a população no âmbito da saúde e educação.

No contexto nacional, assim como diversos países, o Brasil também apresenta problemas de desigualdades econômicas e sociais. Por meio desta problemática, desde a Constituição de 1988, o Estado tem o dever de formular políticas que favoreçam o desenvolvimento econômico, reduzindo a miséria, melhorando a educação e aumentando a renda *per capita*, sendo estes, alguns meios de melhorar as condições sociais e econômicas do país e de suas regiões

Nesse sentido, o objeto de pesquisa é a evolução econômica e social do município de Dourados no decorrer dos anos de 2005 a 2016, destacando i) os indicadores sociais de Educação e Saúde; ii) o indicador econômico: Emprego/renda; e iii) os gastos públicos que envolvem tais indicadores. Com estes indicadores, foi possível analisar a evolução dos dados e constatar a condição do desenvolvimento socioeconômico de Dourados.

Segundo dados do IBGE (2018), a economia do município tem como principais atividades a agricultura e a criação de animais (pecuária), sendo o 3º maior produtor de milho do estado com valor de produção de 264 milhões de reais, perdendo apenas para Maracaju que obteve uma produção de 482 milhões e Sidrolândia com 365 milhões de reais. É responsável pelo 4º lugar na produção de soja com 688 milhões de reais e com 90 mil cabeças de suíno ocupa o 6º lugar no estado de Mato Grosso do Sul e com 3,8 milhões de cabeças, ocupa o 2º lugar do estado no setor Galináceo. Possui cinco indústrias de alimentos ligadas a pecuária (carne suína e de frango) segundo o Sindicato das Indústrias da Alimentação do Estado do Mato Grosso do Sul (SIAMS, 2019), o que demonstra potencial de crescimento.

Para o desenvolvimento deste estudo, os dados secundários foram coletados no sítio da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) que criou o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)<sup>1</sup>, que é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros em três

---

<sup>1</sup> IFDM (2018)

áreas de atuação: Emprego/Renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Para compreender o comportamento de ações públicas tanto no âmbito econômico e social, também foram coletados dados do sitio Compara Brasil, que agrega valores monetários de gastos públicos por municípios e por setores no Brasil, com base em dados oficiais divulgados pelo Governo Federal.

## 1.1 PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Em 1977, a partir do desmembramento do território do estado de Mato Grosso, surgiu o estado de Mato Grosso do Sul, que possui uma população de 2.748.000 e ocupa uma área de 357 milhões de metros quadrados, segundo estimativas para o ano de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). Sendo que o município de Dourados, objeto de estudo deste trabalho, possui 8% do total de habitantes do estado.

Em termos econômicos e demográficos, o município de Dourados é o segundo maior do estado e conta com uma riqueza cultural, devido à proximidade com o Paraguai. De acordo com Amarilha (1998) é possível notar alguns hábitos inseridos pelos vizinhos de fronteira seca e que o modo de vida dos imigrantes paraguaios ajudou na construção da identidade da população douradense.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o município possuía uma porcentagem de população extremamente pobre de 1,57% no ano de 2010, ou seja, 3.078 pessoas estavam vivendo com uma renda menor ou igual a R\$70,00 enquanto o salário mínimo era de R\$540,00. Se comparado ao estado que possuía 87 mil (3,55%) pessoas e o país com 13 milhões (6,62%) na situação de extrema pobreza, a realidade do município está relativamente melhor.

De acordo com o último Censo Demográfico de 2010, o município de Dourados também possui uma particularidade importante: é o terceiro município da região Centro-Oeste com maior população indígena, com população de 6.830 indígenas o que representa 3,48% da população douradense. Dourados é destaque nacional em concentração de famílias indígenas, as quais possuem um grau de atenção especial por parte do Estado devido a fatores históricos de vulnerabilidades econômicas e sociais.

Portanto, é a partir destes aspectos que o trabalho buscou analisar a evolução social e econômica do município e se suas políticas públicas com gastos direcionados ao

desenvolvimento, e por conseguinte, a melhora no bem-estar da população estão sendo efetuados ao longo dos anos.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o perfil de desenvolvimento econômico e social do município de Dourados entre os anos de 2005 e 2016.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Estudar a dinâmica do Emprego/Renda por meio das atividades econômicas do município;
- Verificar os gastos públicos em Educação e Saúde e seus possíveis efeitos na qualidade dos indicadores sociais;
- Compreender a evolução dos indicadores da Educação e da Saúde (sociais) e do Emprego/Renda (econômico) no município de Dourados.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento econômico é um processo pelo qual deve ocorrer crescimento econômico somado de avanços na qualidade de vida, ocorrendo melhoras em indicadores de bem-estar econômico e social (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998). Estas melhorias são mensuradas por indicadores sociais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Coeficiente de Gini, este último, mede o grau de desigualdade de renda de determinado local.

Desse modo, é preciso diferenciar os conceitos entre "Crescimento Econômico" e "Desenvolvimento Econômico". Para Souza (1993), o crescimento se diferencia do desenvolvimento econômico em alguns aspectos, pois, enquanto o crescimento econômico trata apenas de questões quantitativas, como por exemplo, o PIB e o PNB, o desenvolvimento econômico aborda questões como o bem-estar, nível de consumo, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), taxa de desemprego, analfabetismo, qualidade de vida, entre outros.

Tomando como base o significado de desenvolvimento econômico abordado por Souza (1993), este trabalho procurou destacar a importância do processo de desenvolvimento no município de Dourados abrangendo os aspectos positivos e negativos dos dados sociais e econômicos. Logo, foi utilizado como pontos para análise os dados econômicos e sociais que se destacaram ao longo dos anos de 2005 a 2016. A partir do entendimento teórico acerca do crescimento e desenvolvimento foi possível pensar na importância de ações de políticas públicas para melhorar as condições sociais e econômicas da população douradense.

Assim, este trabalho teve por fundamento responder o questionamento de qual foi o comportamento do desenvolvimento econômico e social do município de Dourados. De tal maneira, que visou contribuir no entendimento dos aspectos econômicos e sociais que possibilitaram compreender as necessidades de políticas públicas para melhorar o bem-estar social da população residente.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Braga (2018) as políticas públicas são uma reunião de planejamentos, de autoria do Estado, com participação do setor privado para resolver questões sociais. Este complexo de medidas está fixado na constituição e tem como objetivo assegurar a cidadania, como o direito a educação, saúde, ou até mesmo o cuidado com o meio ambiente.

O termo “Políticas Públicas” se refere especificamente a tópicos da vida social atrelados ao setor público, tópicos de interesse comum aos cidadãos de um corpo social, como expõe Teixeira (2001, p. 02):

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Para Easton (1968) a política pública é definida como um sistema, que possui formulação, resultados e o ambiente específico. Na visão do autor, recebe estímulos de partidos políticos, meios de comunicação e comunidades relacionadas, que influenciam diretamente nos resultados e aplicações, sendo possível assim visualizar a relação entre o setor público e o meio externo. Seguindo o mesmo raciocínio, Lynn (1980), coloca as políticas públicas como um conglomerado de atitudes do governo que visa gerar determinados efeitos. Sendo, no entanto, função obrigatória do Estado elaborar e implementá-las.

Quanto a criação de uma política pública, existe um caminho pré-estipulado como é destacado por Howlett e Ramesh (2013), inicia-se pela formação da agenda, e é sucedida pela formulação da política, tomada de decisão, implementação e como último passo a avaliação. Contudo, não é necessariamente obrigatório seguir essa ordem, podendo ocorrer até mesmo a não realização de algum passo.

Para Cavalcanti (2010) e Braga (2018) na fase de formação da agenda é necessário identificar o problema e colocá-lo em destaque, é neste momento que o Estado decide se a questão é prioritária, usando de uma avaliação custo-benefício, estudando o cenário local e as devidas necessidades, recursos disponíveis, urgência e a opinião política. Nesta etapa, é criado um desenho definindo a estratégia geral da política pública em questão.

Visto que a agenda poderá ser pública ou institucional, segundo Roncaratti (2008), no caso, sendo da população em geral ou do Estado. É importante frisar que a agenda pública tem como essência o debate e a característica institucional seria a atitude do Estado em relação ao problema.

Estando o problema na agenda governamental como prioridade, será o momento de definir as possíveis soluções e é nesse momento que deverá ser determinada a finalidade da política, quais serão as soluções e ações para o problema em questão. Somente dessa maneira será possível continuar com as próximas fases.

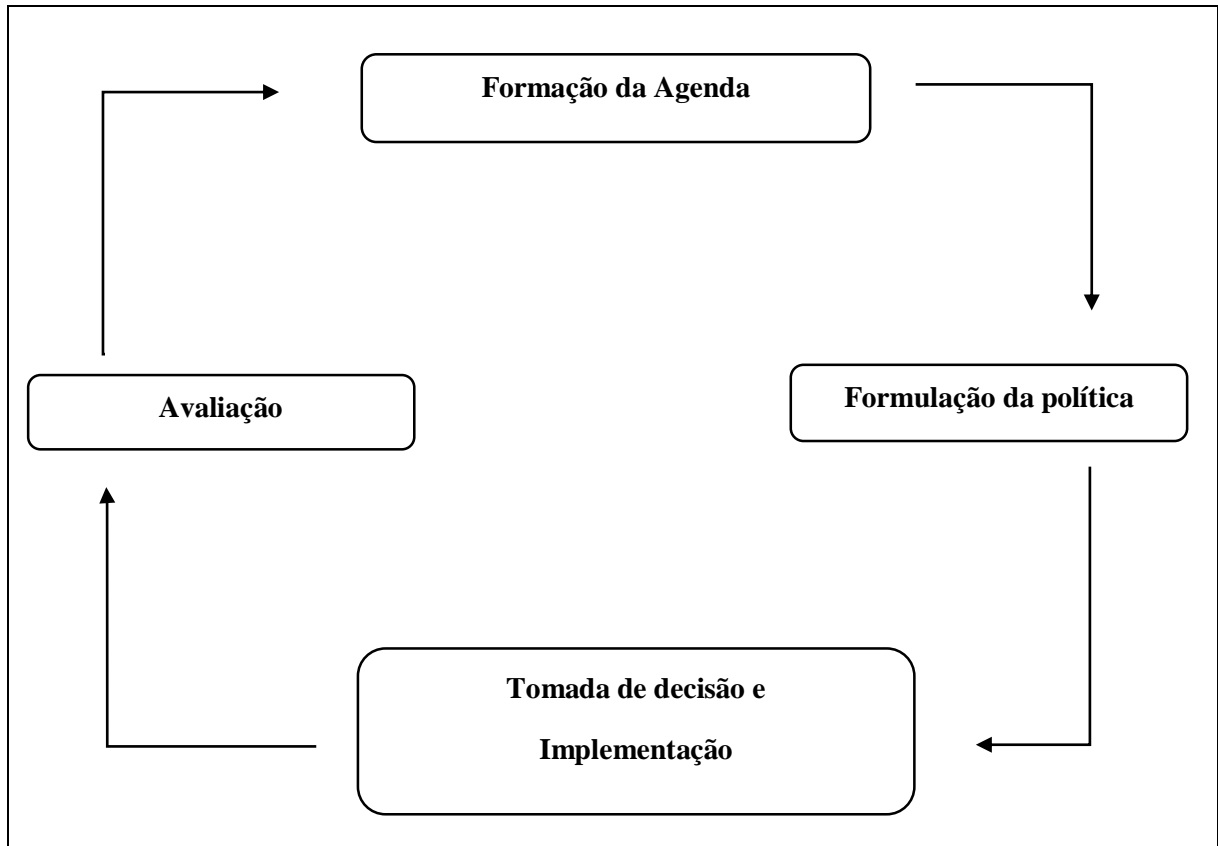
Dando continuidade ao processo, na fase de criação a formulação da política de acordo com Roncaratti (2008), dependendo do contexto social, político ou econômico, poderá ser tanto rápida quanto lenta, sendo possível ser reformulada ou até mesmo abandonada. Tratando-se de uma criação teórica, essa fase poderá adentrar na fase de implementação, visando uma adequação de questões práticas.

Como próxima fase, tem-se a implementação e execução, nesta etapa as políticas são colocadas em prática a partir do planejamento, são destinados recursos financeiros, materiais tecnológicos e humanos para que a política seja inserida na comunidade alvo. A implementação, como apresenta Roncaratti (2008), de uma política se baseia em planejar, estruturar o setor público e antecipar todos os meios necessários para a aplicação. Sendo a etapa que é facilmente influenciada por questões de implementação e fatos sociais, econômicos e políticos.

Existem motivos que impulsionam a uma nova formulação de política pública durante a implementação como explica Hill (2006), seja devido a novas questões que vieram a surgir, novos acontecimentos, tornando necessário a tomada de decisão dos responsáveis. Assim sendo, um aditivo da fase de implementação.

A avaliação é o elemento fundamental e deve ser realizada em todas as etapas, neste caso como último item do processo, o Estado observa o resultado da implementação da política pública. Segundo Roncaratti (2008, p. 42), ela é definida como: “o exame objetivo, sistemático empírico dos efeitos da política pública sobre suas metas em termos de objetivos que pretendiam alcançar.”.

Através desta etapa, de acordo com Braga (2018), é possível dar manutenção ou extinguir a política, ou seja, ela seguirá sendo implementada e poderá ser aprimoradas para novas necessidades ou será extinta por não estar atendendo a necessidade da sociedade ou por já ter resolvido o problema que ela tinha por princípio solucionar. De maneira didática é apresentado a seguir na Figura 01, o ciclo das políticas públicas:



**Figura 01 - Ciclo de criação das Políticas Públicas**

Fonte: Adaptado de Howlett e Ramesch (1995) apud Mattos e Baptista (2011).

Observando as políticas públicas se voltando para o âmbito local, tem-se que segundo a lei nº 3741, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de Dourados para o período de 2014 a 2017. Na legislação vigente, as políticas devem atender os seguintes requisitos incluídos no Art. 2º:

- I-** reduzir as desigualdades sociais e garantir o acesso à população aos serviços públicos;
- II-** criar condições para o desenvolvimento de atividades econômicas do Município, objetivando aumentar o nível de emprego e renda e melhorar a distribuição de renda;
- III-** garantir aos alunos do município melhores condições de ensino para sua formação de cidadão;
- IV-** oferecer à população saúde pública adequada e saneamento básico;
- V-** ofertar serviços públicos de qualidade, em especial, quanto às condições de limpeza urbana, coleta de lixo, manutenção de praças e vias públicas;
- VI-** apoiar as atividades rurais, através de infraestrutura básica, como manutenção de estradas vicinais e através de incentivos aos pequenos produtores;
- VII-** implementar as ações de turismo voltadas para o desenvolvimento do potencial do turismo histórico e dos atributos naturais da região;



**VIII-** implementar projetos de infraestrutura no município, voltados para crescimento da produção e melhoria das condições de habitação;

**IX-** promover ações para garantir a diversidade cultural e apoiar os eventos municipais de cultura e lazer;

**X-** promover ações de sustentabilidade ambiental.

A partir desta Lei Municipal é possível identificar a preocupação e o reconhecimento da governança municipal com a necessidade de implementação de políticas públicas para atender a população douradense. No entanto, o trabalho se limitou a analisar os indicadores de Educação, Saúde, Emprego/Renda e seus gastos públicos, e sempre que possível, conjecturar com os pontos de destaque explicitados na referida Lei.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para Bresser (2006) o contexto do desenvolvimento econômico pode ser entendido como um processo histórico de crescimento baseado na renda ou no valor adicionado por habitante, implicando na melhoria do padrão de vida de uma comunidade, que tem como resultado aumento do capital e de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos, o desenvolvimento econômico é um processo que implica mudanças em basicamente três níveis de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural. Nas palavras do autor, o desenvolvimento econômico é fruto do modo de produção capitalista:

(...) processo próprio do capitalismo e da formação dos estados nacionais. Os impérios egípcio, romano e chinês foram prósperos e dominaram amplas porções do mundo por muitos séculos, mas jamais conheceram o que chamamos de desenvolvimento econômico. É um processo econômico que envolve conceitos como o de taxa de lucro e de investimento produtivo, de trabalho assalariado e de consumo popular e de luxo, de inovação e de produtividade, que só fazem sentido a partir do capitalismo (BRESSER, 2006, p.09)

Quanto ao conceito de desenvolvimento, ele pode ser inadequado se usado como sinônimo de crescimento econômico, como argumenta Scatolin (1989) apud Oliveira, (2002, p. 38):

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos. Deve-se acrescentar que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam.

Na visão de Sandroni (1994), o desenvolvimento econômico é o crescimento econômico somado de melhorias no padrão de vida da população e por mudanças na estrutura econômica. Para o autor, o desenvolvimento depende do país em questão e a região em específico, o que engloba o passado histórico e fatores como extensão e localização territorial, condições demográficas, recursos naturais e culturais.

Segundo Furtado (1974), a concepção de desenvolvimento é um mito, e através dela, vem sendo possível desviar o foco de itens fundamentais como a identificação das necessidades da população e de oportunidades que proporcionariam ao homem avanços na ciência, para dar ênfase em objetivos incertos como investimentos às exportações e o crescimento. Nesse sentido, Oliveira (2002, p. 40) complementa que o conceito de desenvolvimento econômico pode ser visto como:

(...) um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Gadelha (2011) destaca a qualidade da saúde de uma nação como um fator importante para mensurar o desenvolvimento econômico. A relação entre a necessidade de serviços em saúde cada vez mais complexos e os segmentos industriais de base biotecnológica, química, mecânica, eletrônica e de equipamentos geram inovações nesses segmentos encadeando em novos processos produtivos e de conhecimento.

Sendo assim, a saúde é um item crucial para elevar a produtividade e ampliar o desenvolvimento econômico, como área social que beneficia o capital humano, constituindo uma forma de valor essencial aos países e seus cidadãos (GADELHA, 2007).

Outro indicador fundamental, a educação, tem papel na formação de uma sociedade e consequentemente o desenvolvimento da mesma, o investimento em educação gera, segundo afirmação de Barros e Mendonça (1998, p. 01):

Uma série de externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam. Do ponto de vista privado, a educação tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados, e a reduzir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro.

Corroborando com essa definição, Saviani (2010) afirma que a educação gera aumento de empregos e salários, causando a inclusão social e incrementando o consumo, ativando o setor de produção e comercial de maneira a criar mais empregos e melhorar a competitividade das

empresas. O autor ainda coloca que o investimento em educação aumenta a arrecadação de impostos, com os quais o Governo poderia resolver problemas como de infraestrutura e investir em programas sociais.

Jannuzzi (2009) salienta que os indicadores são medidas padronizadas e objetivas que conseguem referenciar as carências sociais e avaliar as condições de vida.

Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2009, p.22).

Os indicadores são vistos como medidas por Kayano e Caldas (2002), de maneira que representam recortes da realidade analisada, representadas em um “número”, possuindo sentido apenas se inseridos em um contexto.

Afinal, indicadores ao nível municipal são necessários para subsidiar a elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano, de planos plurianuais de investimentos, para permitir a avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos, para justificar o repasse de verbas federais para implementação de programas sociais ou, ainda, pela necessidade de disponibilizar equipamentos ou serviços sociais para públicos específicos, por exigência legal [para portadores de deficiência, por exemplo] ou por pressão política da sociedade local [melhoria dos serviços de transporte urbano, por exemplo] (JANNUZZI, 2009, p.20).

Partindo para a análise da iniciativa local, é possível verificar que o município de Dourados possui programas com esse foco, a Secretaria de Desenvolvimento possui um Programa de Desenvolvimento Econômico (PDE)<sup>2</sup>, o qual tem por fundamento incentivos visando promover o desenvolvimento econômico, industrial, social, turístico, de serviços, comercial e tecnológico do Município. Sendo alguns dos principais:

- i)** Doação de imóvel para empresa interessada em instalar-se no município, ampliar instalações já existentes ou realocar-se para proporcionar aumento de produção e de atividades;
- ii)** Permissão de uso de pavilhões industriais de propriedade do Município, pelo prazo de até 03 (três) anos prorrogáveis por igual período;
- iii)** Isenção ou redução do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN decorrentes de obras de construção ou ampliação;

---

<sup>2</sup> Criado pela Lei nº 3.532, de 13 de março de 2012 e ainda vigente em 2019.

- iv) Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incidente sobre o imóvel onde funcionar a empresa incentivada;
- v) Isenção de taxas e/ou emolumentos inerentes ao projeto de construção, alvará e habite-se, somente quando se tratar de micro e pequenas empresas e aquelas integrantes de sistemas de condomínios, associações, incubadoras e cooperativas.

Pelos objetivos descritos pelo PDE evidencia-se que a promoção para o desenvolvimento econômico e social do município de Dourados tem por fundamento o incentivo através de investidores de setores produtivos que possam vir a fazer parte do município por meio de benefícios que facilitem a sua entrada no mercado local.

O fato é que novas empresas que tenham interesse no município e que venham a trazer suas atividades para a região, afetarão diretamente no indicador de emprego, visto que contratarão trabalhadores para suprir as necessidades da empresa e sua devida produção influenciando na geração de renda do município.

Tais características foram observadas no trabalho de Pereira et al (2017), que estudaram o desenvolvimento de municípios da Microrregião de Iguatemi de Mato Grosso do Sul e diagnosticaram a necessidade de ações de políticas públicas que contribuam com a melhoria no bem-estar social das pessoas residentes na Microrregião, principalmente na melhor distribuição de renda e no avanço mais acentuado em indicadores educacionais e de saúde.

Outro trabalho que se assemelha a este estudo, é o trabalho de Santos et al (2017), os autores realizaram um estudo sobre o nível de crescimento e desenvolvimento das macrorregiões do estado de Mato Grosso entre os anos de 2005 e 2013, utilizando-se como base de dados o Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM). Os resultados demonstraram que houve expansão econômica e melhorias nos índices econômicos e sociais nos municípios, mas que estas melhorias não foram constatadas em municípios mais distantes de grandes centros urbanos.

É importante observar que as políticas públicas podem favorecer o desenvolvimento econômico do município e por assim dizer, aumentar seus indicadores de educação, saúde, renda e emprego de maneira positiva. Com base nestes aspectos, este trabalho evidenciou alguns pontos de notoriedade de indicadores econômicos e sociais do município ao longo dos anos de 2005 até 2016.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 OBJETO DE PESQUISA

Primeiramente é preciso definir o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>3</sup> é uma medida resumida de progresso a longo prazo, que leva em consideração renda, educação, longevidade e varia de 0 a 1, sendo ideal valores próximos de 1.

Levando em consideração a definição anterior, a presente pesquisa é realizada com foco no estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente no município de Dourados, sendo o segundo maior do estado, possuindo uma área territorial de 4 mil quilômetros quadrados e 220 mil habitantes e possuidora de um IDH-M de 0,747 (IBGE, 2010), permanecendo alocado na faixa de 0,700 até 0,799, sendo considerada de Alto Desenvolvimento, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil<sup>4</sup>.

Em relação a variável IDH-M no âmbito nacional, de acordo com o IBGE no ano de 2010, o município de Dourados ficou acima da média se comparado ao Brasil (0,727), o estado de Mato Grosso do Sul (0,729) e a Microrregião de Dourados<sup>5</sup> (0,687). Assim, a proposta do trabalho se baseou no município de Dourados entre os anos de 2005 e 2016, considerando o desenvolvimento econômico como foco para melhoria nas condições de vida da população.

#### 3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Sendo uma das principais variáveis deste trabalho, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)<sup>6</sup> foi criado em 2008 com o objetivo de acompanhar anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, sendo um indicador composto que engloba três principais áreas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação, Saúde, como detalhado no Quadro 01.

---

<sup>3</sup> PNUD (2019)

<sup>4</sup> ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (2018)

<sup>5</sup> A Microrregião de Dourados é composta pelos municípios de: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brillhante e Vicentina.

<sup>6</sup> IFDM (2018)

IFDM		
Emprego & Renda	Educação	Saúde
Geração de emprego formal; Taxa de formalização do mercado de trabalho; Geração de renda; Massa salarial no mercado de trabalho formal; Índice Gini de desigualdade de renda no trabalho formal.	Atendimento à educação infantil; Abandono no ensino fundamental; Distorção idade-série no ensino fundamental; Docentes com ensino superior no ensino fundamental; Média de horas aula diária no ensino fundamental; Resultado do IDEB no ensino fundamental.	Proporção de atendimento adequado de pré-natal; Óbitos por causas mal definidas; Óbitos infantis por causas evitáveis; Internação sensível à atenção básica (ISAB).
<b>Fonte:</b> Ministério do Trabalho	<b>Fonte:</b> Ministério da Educação	<b>Fonte:</b> Ministério da Saúde

**Quadro 01: Resumo dos Componentes do IFDM (por Área de Desenvolvimento)**

Fonte: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, 2019.

Para realização desta pesquisa foram utilizados dados secundários para o município de Dourados. Adotou-se o método descritivo, levando em conta a disponibilidade de dados pelo IFDM, o período para a análise do comportamento econômico e social do município foi entre os anos de 2005 a 2016.

Os dados para a pesquisa foram obtidos através de alguns endereços disponibilizados pelo governo ou por órgãos sem fins lucrativos que visam unificar as informações disponibilizadas separadamente na grande rede que é a internet aberta. Entre os principais que foram utilizados neste trabalho estão: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM); o site Compara Brasil<sup>7</sup>; Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (site)<sup>8</sup>; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)<sup>9</sup>.

Para tanto, foram analisadas as seguintes variáveis disponibilizadas pelo IFDM: Educação; Saúde; Emprego & Renda. As variáveis Demografia e Gastos Públicos, foram obtidas, respectivamente, pelo IBGE e no sítio Compara Brasil. Pelo Quadro 02, é possível visualizar tais aspectos.

Variável	Dados e Fonte
Desenvolvimento municipal	Educação, saúde, renda e emprego. (IFDM)
Demográfica	População. (IBGE)
Gastos Públicos	Gastos em Saúde e Educação (COMPARA BRASIL)
Educação	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

**Quadro 02: Variáveis utilizadas (dados agregados)**

Fonte: Adaptado pelo autor (2019)

<sup>7</sup> COMPARA BRASIL (2018)

<sup>8</sup> ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (2018)

<sup>9</sup> INEP (2019)

Os dados apresentados foram utilizados como forma de mensurar as condições socioeconômicas do município de Dourados, a fim de diagnosticar o impacto que as políticas públicas por meio dos gastos públicos podem contribuir com o desenvolvimento econômico do município de Dourados, e averiguar a evolução das variáveis que indicam se houve redução da desigualdade social e melhoria do bem-estar do município no decorrer dos anos de 2005 até 2016.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 ASPECTOS ECONÔMICOS

O presente trabalho analisa os dados disponibilizados de fontes oficiais, sendo captados diretamente ou por meio de instituições intermediárias que agrupam determinados dados, como por exemplo, o site Compara Brasil que tem foco nas receitas e despesas do país, estados e municípios e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal que se assemelha com a mensuração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Dito isto, nesta seção de resultados são apresentadas análises de crescimento econômico, tendo como referência para comparação, o Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul, a Microrregião de Dourados e o município de Dourados.

Se tratando de aspectos econômicos é importante observar um dos principais indicadores, sendo ele a população, um dos influenciadores direto da economia, de maneira que para a maioria das decisões do governo é necessário observá-la. Desta maneira pode-se visualizar na Tabela 01 a seguir, os números referentes ao tamanho de uma localidade se tratando de quantidade de pessoas.

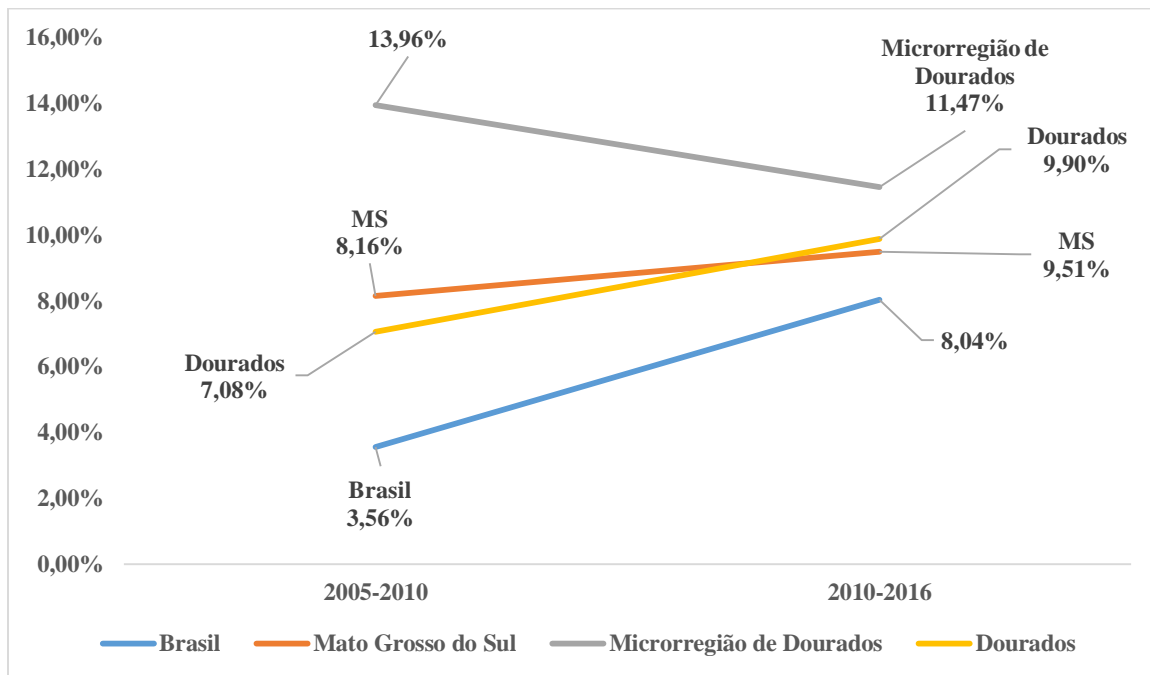
**Tabela 01 - População do País, Estado, Microrregião de Dourados e do município de Dourados nos anos de 2005, 2010 e 2016.**

País, UF, Microrregião e Município	População		
	2005	2010	2016
<b>Brasil</b>	184.184.264	190.747.855	206.081.432
<b>Mato Grosso do Sul</b>	2.264.468	2.449.341	2.682.386
<b>Microrregião de Dourados</b>	439.604	500.955	558.403
<b>Dourados</b>	183.096	196.068	215.486

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2019)

Para melhor visualização a Figura 02 ilustra o número da população para fins de comparação, sendo possível demonstrar a porcentagem de crescimento nos períodos analisados entre 2005 e 2010 e 2010 e 2016. Percebe-se no primeiro período uma taxa de crescimento populacional superior à do segundo somente para a Microrregião de Dourados (13,96%), o município que mais apresentou aumento populacional da Microrregião foi o de Nova Alvorada do Sul, apresentando nos dois períodos uma taxa de crescimento de 31,21% e 19,42%, respectivamente.





**Figura 02: Crescimento da população nos períodos de 2005 a 2010 e 2010 a 2016.**

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE.

Quanto ao crescimento populacional, o município de Dourados obteve uma taxa de 3,52% acima da taxa nacional, quase o dobro de crescimento populacional em termos de porcentagem no primeiro período (2005-2010) e em relação ao segundo período (2010-2016) o município se aproximou da porcentagem nacional ficando apenas 1,86% a frente do país. Das regiões observadas a que mais se destacou foi a da Microrregião de Dourados, que liderou a taxa de crescimento nos dois períodos.

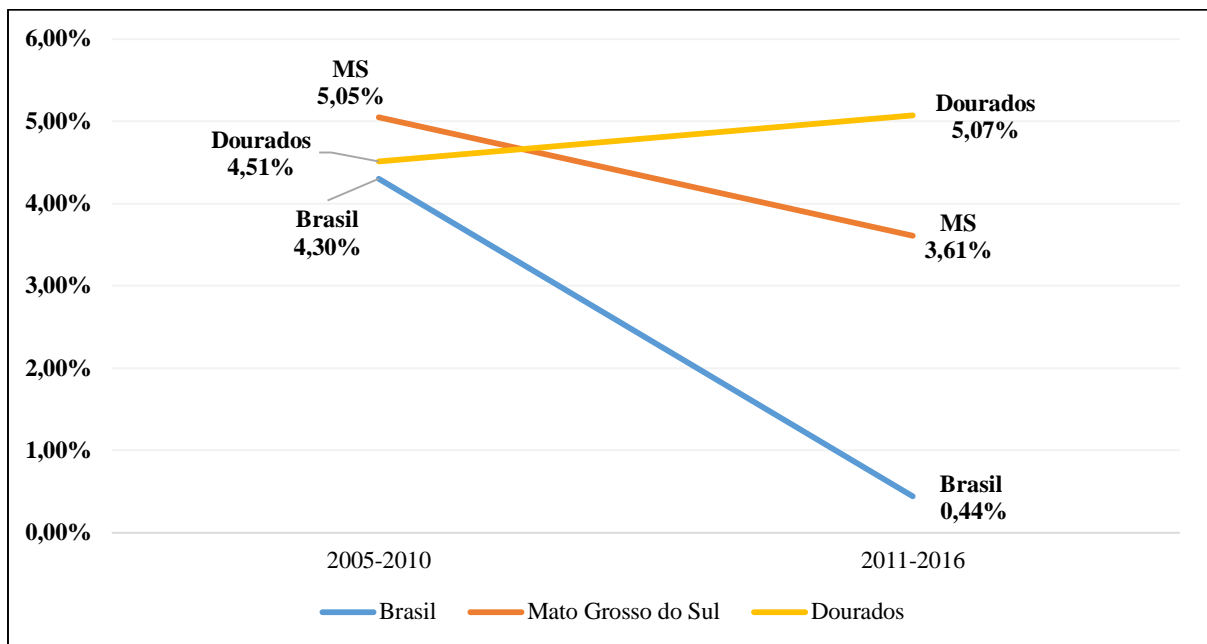
Em sequência é preciso fundamentar outro indicador de aspecto econômico, o Produto Interno Bruto (PIB), que é basicamente a soma de todos os bens e serviços finais que determinado país, estado, região ou município produz, geralmente em um ano (IBGE, 2019). Seguindo este indicador é demonstrado na Tabela 02 os valores referentes do PIB para os anos de 2005, 2010 e 2016 em valores nominais dos anos em questão.

**Tabela 02: Produto Interno Bruto (PIB) em milhares de reais**

País, UF, Microrregião e Município	Produto Interno Bruto (A preços correntes dos anos em destaque xR\$1.000,00)		
	2005	2010	2016
Brasil	2.147.239.292	3.885.847.000	6.267.205.000
Mato Grosso do Sul	21.641.772	47.270.656	91.865.803
Microrregião de Dourados	4.270.949	9.654.339	21.326.029
Dourados	1.807.047	3.765.442	7.826.585

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2019).

É possível constatar que a participação do PIB do município de Dourados com relação ao estado de Mato Grosso do Sul aumentou durante o período de 2005 à 2016, em 2005 o PIB de Dourados representava 8,35% e em 2016 aumentou para 8,52%. Com relação a participação do PIB de Dourados com sua Microrregião, houve uma redução nos três anos analisados, 42,31% em 2005; 39,00% em 2010; e 36,70% em 2016. Contudo, em termos de crescimento do PIB a preços do ano anterior, é possível verificar na Figura 03, que o município de Dourados apresentou crescimento acima da média estadual e nacional.



**Figura 03: Média de Crescimento do PIB (a preços do ano anterior\*) nos períodos de 2005-2010 e 2011-2016**

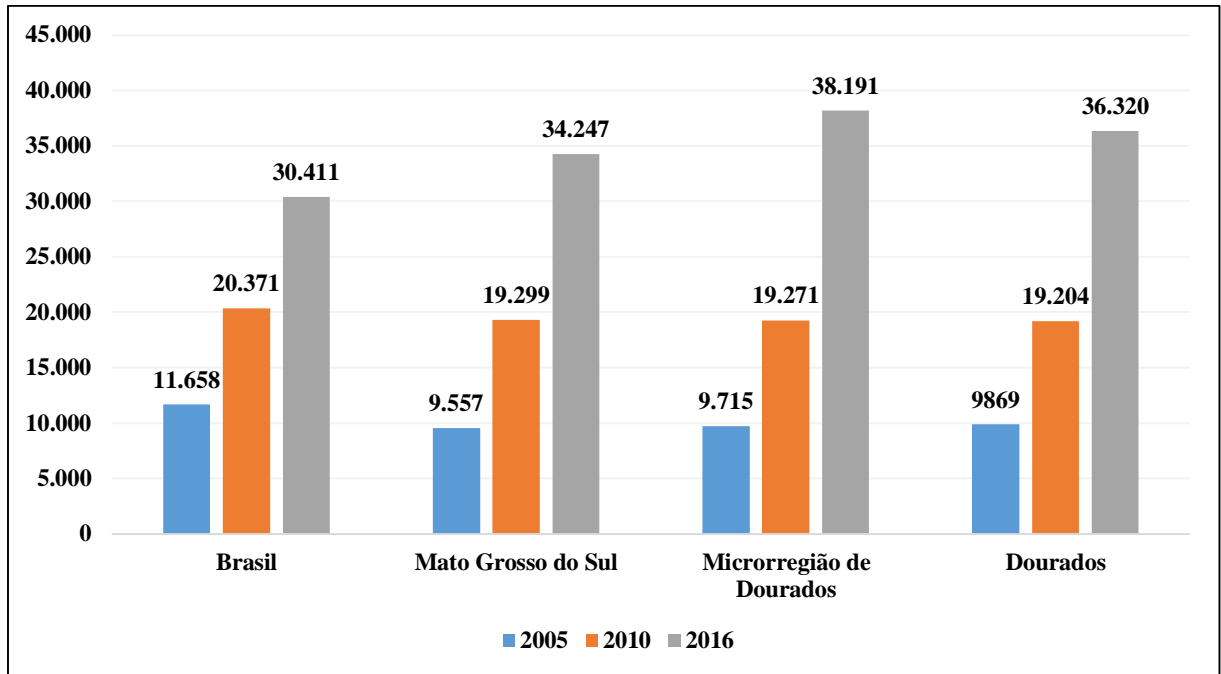
Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE.

\* Deflator anual disponibilizado no sítio do IBGE.

A partir da Figura 03 é possível observar a consistência do município de Dourados em comparação com a média de crescimento estadual e nacional. Em um período que Brasil e Mato Grosso do Sul sofreram uma redução na taxa de crescimento médio no período 2011-2016, o município apresentou uma média de crescimento do PIB em 4,51% no período de 2005-2010 e 5,07% no período entre 2011-2016. Para o segundo período (2011-2016), percebe-se que Mato Grosso do Sul e Brasil apresentaram taxa de crescimento médio do PIB mais baixa que Dourados, o que demonstra que o município possuiu maior dinamismo econômico.

Após observar os dados referentes ao PIB do Brasil, Mato Grosso do Sul, Microrregião de Dourados e Dourados, e o crescimento de suas populações, é possível obter o PIB *per capita* (Figura 04) pelo simples cálculo de dividir o PIB a preços correntes pela população da região e mensurar o crescimento da renda por pessoa em determinada área, sendo importante lembrar

que o resultado não é quanto cada pessoa possui de renda ou produz para economia e sim uma generalização, de maneira que quanto maior a renda *per capita*, é possível inferir que a região está obtendo crescimento.



**Figura 04: Renda *per capita* nos anos de 2005, 2010 e 2016**

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE.

Pode-se notar na Figura 04 que os anos de 2005 e 2010 foram semelhantes em termos de renda *per capita* para todas as regiões, sem grandes variações, ou seja, o município de Dourados seguiu o ritmo da Microrregião, que por assim dizer, seguiu Mato Grosso do Sul que também seguiu os valores para o País. As variações mais significativas estão no período de 2016, no qual a Microrregião de Dourados demonstrou um valor de R\$38.191,00, sendo R\$7.780,00 a mais que o Brasil na renda *per capita*, seguido por Dourados com R\$36.320,00 e o estado de Mato Grosso do Sul com R\$34.247,00.

Analisando os aspectos econômicos de maneira que já tenha sido observado os valores referentes ao PIB em seu estado de totalidade, é importante verificar tais aspectos em setores de produção do PIB nos locais abordados por este trabalho, para que fique claro a contribuição de cada um para a economia nacional. Assim, a Tabela 03 apresenta tais informações.

**Tabela 03: Produção por setores do PIB nos anos de 2005, 2010 e 2016 em valores correntes dos anos em questão**

2005	Produção		
	Agropecuária (a preços correntes R\$ 1.000)	Indústria (a preços correntes R\$ 1.000)	Serviços (a preços correntes R\$ 1.000)
<b>Brasil</b>	105.163.000	539.316.000	1.197.774.000
<b>Mato Grosso do Sul</b>	2.846.971	3.178.557	12.396.929
<b>Microrregião de Dourados</b>	505.658	550.795	2.548.267
<b>Dourados</b>	54.769	285.139	1.186.246
2010	Produção		
	Agropecuária (a preços correntes R\$ 1.000)	Indústria (a preços correntes R\$ 1.000)	Serviços (a preços correntes R\$ 1.000)
<b>Brasil</b>	159.932.000	904.158.000	1.700.905.000
<b>Mato Grosso do Sul</b>	7.151.612	9.380.763	16.777.301
<b>Microrregião de Dourados</b>	1.994.499	1.339.238	3.483.893
<b>Dourados</b>	228.334	549.197	1.806.336
2016	Produção		
	Agropecuária (a preços correntes R\$ 1.000)	Indústria (a preços correntes R\$ 1.000)	Serviços (a preços correntes R\$ 1.000)
<b>Brasil</b>	306.655.000	1.150.207.000	3.015.716.000
<b>Mato Grosso do Sul</b>	15.920.945	18.669.842	32.774.265
<b>Microrregião de Dourados</b>	5.026.287	3.141.537	7.903.386
<b>Dourados</b>	603.632	1.082.780	3.993.003

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2019).

A partir da Tabela 03, é possível visualizar os valores de participação no PIB para cada área de produção, inicialmente pode-se notar que Dourados tem a participação maior no setor de Serviços, ficando responsável por praticamente metade da produção da Microrregião nos três períodos analisados. Como segunda maior área de produção, tem-se a Indústria e por último a Agropecuária. É importante destacar, que tanto o setor de serviços e industrial, estão ligados com o setor agropecuário, dado o perfil agroindustrial do município<sup>10</sup>.

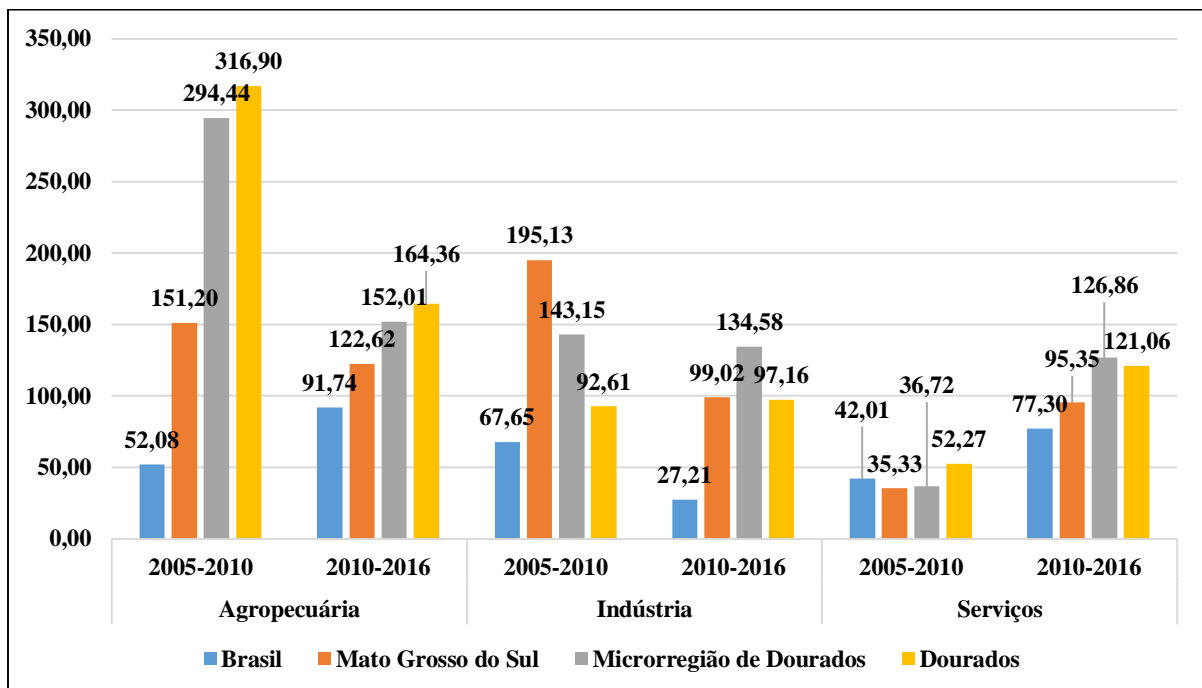
Quanto as proporções, Dourados representava 10,83% da produção da Microrregião em 2005 no setor agropecuário e passou a participar com 12,00% no ano de 2016, ou seja, uma evolução de cerca de 2,00% na participação. No setor de serviços houve crescimento de 3,97%, de maneira que representou 46,55% da produção total em 2005 e passou a representar 50,52%

<sup>10</sup> Maiores detalhes ver: Perfil Socioeconômico de Dourados (2018). Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Perfil-Socioeconômico-de-Dourados-2.pdf>.

em 2016. No setor industrial, houve queda de crescimento de 17,30% na participação entre o período de 2005 e 2016.

Quanto a participação estadual do município de Dourados, tem-se que em 2005 o município representava 1,92% da produção estadual no setor agropecuário e passou a participar com 3,79% no ano de 2016, aumentou também sua participação na área de serviços, passando de 9,56% para 12,18% e queda na participação do setor industrial (-3,18%).

O setor de serviços é o que mais gera recursos no município de Dourados e também o qual representa a maior participação do município na sua Microrregião, no estado e no país se comparado aos outros dois setores (Agropecuária e Indústria). De tal maneira que o município foi responsável por metade (50,52%) da produção em serviços da Microrregião e representou 12% da produção estadual neste setor no ano de 2016. Enquanto o setor de serviços se mostra promissor, o setor industrial apesar de produzir mais em valores se comparado ao da agropecuária, foi o que sofreu maior queda na participação da produção ao decorrer dos anos de 2005 e 2016, chegando a 17,30% de redução na participação do município em sua Microrregião e na sequência é possível observar o crescimento dos setores representados na Figura 05.



**Figura 05: Crescimento por setor de produção no PIB nos períodos de 2005 à 2010 e 2010 à 2016 (em %)**  
Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE.

Ainda que a Agropecuária ocupe o terceiro lugar de participação no PIB de Dourados, é importante ressaltar que o setor é líder em crescimento nos dois períodos analisado, conforme

pode ser visualizado na Figura 05. De 2005 para 2010 o município obteve um crescimento de 316,90% nesse setor, ficando à frente até mesmo da Microrregião e ainda liderou o segundo período analisado, com 164,36% de 2010 em relação a 2005. Outro ponto a ser observado é a existência de participação dos setores da indústria e agropecuária nos resultados do setor de serviços.

A partir das informações apresentadas, é de relevância no contexto econômico os dados referentes a oferta de emprego para fundamentar o cenário até então apresentado. Utilizando do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foram obtidos os seguintes dados para os três períodos em questão, aqui resumidos apenas para o Estado de Mato Grosso do Sul e município de Dourados (Tabela 04).

**Tabela 04: Empregos por setores nos anos de 2005, 2010 e 2016 (Dados agregados)**

Setores	Empregos por Setor					
	Mato Grosso do Sul			Dourados		
	2005	2010	2016	2005	2010	2016
Agropecuária <sup>1</sup>	54.912	61.701	70.917	1.998	1.983	1.805
Indústria <sup>2</sup>	53.396	86.020	98.676	6.405	9.235	9.964
Serviços <sup>3</sup>	310.889	413.068	463.961	24.142	36.529	51.333
<b>Total</b>	<b>419.197</b>	<b>560.789</b>	<b>633.544</b>	<b>32.545</b>	<b>47.747</b>	<b>63.102</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CAGED (2019).

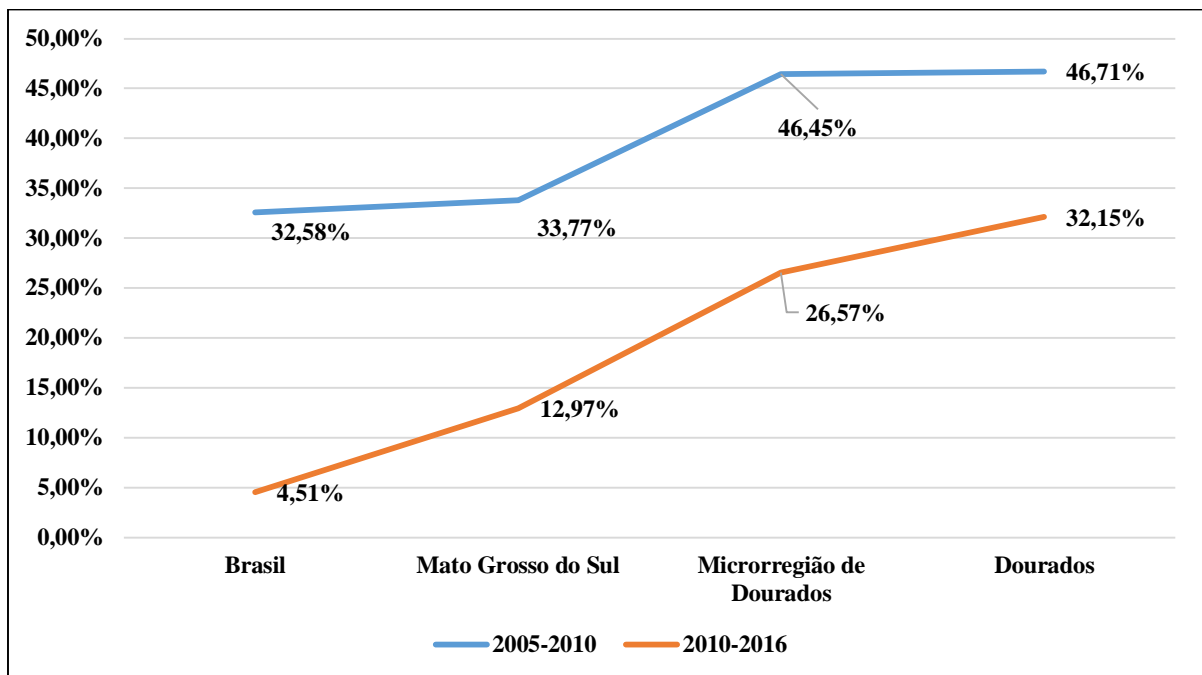
<sup>1</sup>Agregado de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca. <sup>2</sup>Agregado de Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação e Serviços Industriais de Utilidade Pública. <sup>3</sup>Agregado de Construção Civil, Comércio, Serviços e Administração Pública.

Pelos dados apresentados na Tabela 04, é evidenciada a liderança do setor de Serviços e Comércio, com um crescimento na oferta de empregos de 2005 para 2016 de 112,62% em Dourados enquanto o estado cresceu em 49,00%, como também fica explícito a variação positiva na oferta de empregos de 2005 para 2016 no setor da indústria, considerando que o setor teve um crescimento de 85,00% no Estado e 55,56% no município. Um ponto significativo é a oferta de empregos em Dourados no setor da agropecuária que sofreu uma redução de - 9,65% de 2005 para 2016 em um cenário de crescimento na produção do setor como foi possível constatar na Figura 05, remetendo aos efeitos da tecnologia.

De maneira mais ampla é apresentado na Figura 06, a porcentagem de crescimento da oferta de empregos em relação ao Brasil, Mato Grosso do Sul, Microrregião de Dourados e de Dourados. Nos dois períodos analisados (2005-2010) e (2010-2016), o município de Dourados apresentou maior taxa de crescimento de emprego total, contudo, o segundo período apresentou

crescimento menor que o primeiro para todos os locais. A queda de empregos no segundo período, pode ser explicada pelas taxas de crescimento do PIB mais baixas<sup>11</sup>.

Entre 2005 e 2010 Dourados apresentou uma taxa de crescimento de oferta de empregos de 46,71% e entre 2010 e 2016 de 32,15%. A única redução na oferta foi evidenciada nos dados do município de Dourados no setor da Agropecuária de 2005 para 2016, redução essa já citada de 9,65%.



**Figura 06: Crescimento total da oferta de empregos nos períodos de 2005 à 2010 e 2010 à 2016**

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CAGED.

Como foi possível averiguar na Tabela 04 o setor que mais se destacou na geração de empregos no município de Dourados foi o de Serviços, sendo o responsável em maior parte pelo crescimento da oferta de empregos notado na Figura 06. Sendo possível também, averiguar na Figura 06 que o segundo período (2010-2016) foi menos promissor no crescimento da oferta de empregos.

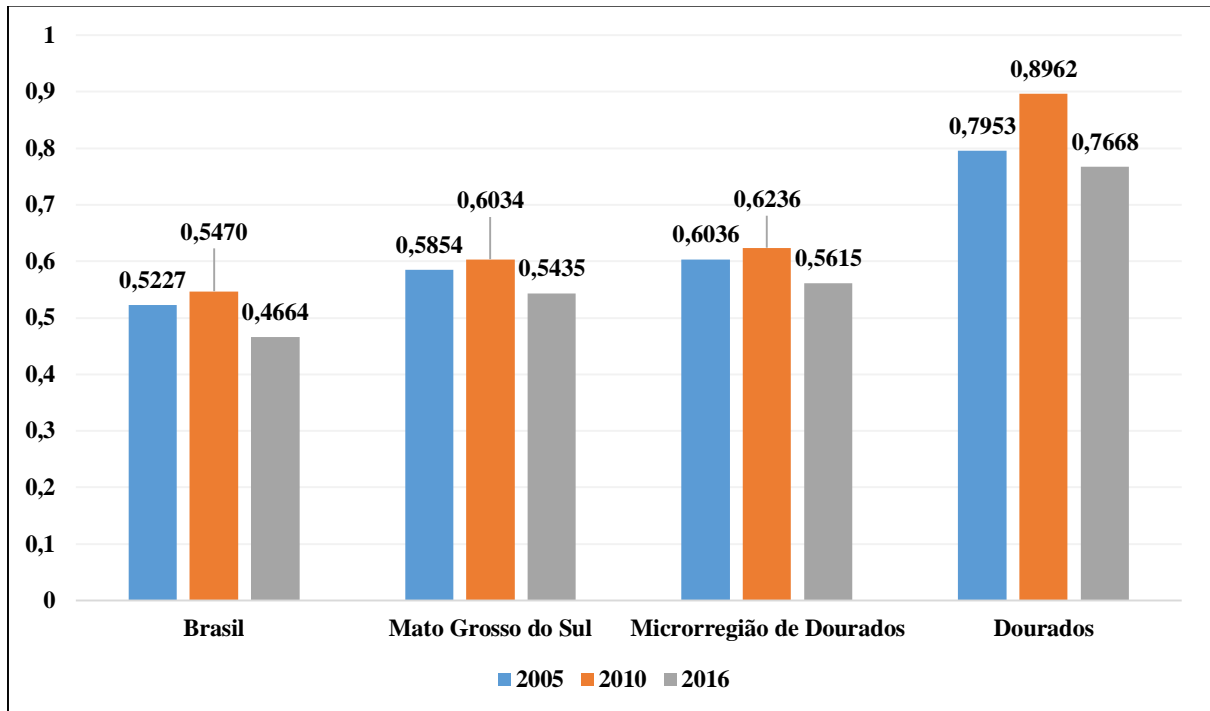
Para De Paula e Pires (2017), o primeiro período foi marcado por elevadas taxas de crescimento econômico, condicionados pelas altas taxas de exportações de produtos agropecuários; estímulo de créditos acompanhado do aumento do consumo das famílias. O segundo período, com reflexos da Crise Internacional de 2008<sup>12</sup>, houve desaceleração no

<sup>11</sup> Conforme verificado na Figura 03 p. 26.

<sup>12</sup> A crise de 2008 foi de cunho financeiro e afetou mercados globais e o Brasil por estar incluso nestes mercados. Para uma informação mais detalhada do que foi a crise e como ela se originou, consultar CECHIN e MONTOYA (2017).

crescimento de economias emergentes como do Brasil, devido a dificuldades de crescimento de países da Zona do Euro e da economia norte-americana.

Diante destes aspectos, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para o setor Emprego & Renda pode ser verificado na Figura 07. Percebe-se que entre 2010 e 2016 o IFDM Emprego & Renda reduziu para todos os locais estudados, sendo mais significativo para o âmbito nacional.



**Figura 07: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), agregado de Emprego & Renda para os anos de 2005, 2010 e 2016.**

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IFDM.

No intuito de explicar as quedas visíveis em todos os locais de análise, de 2010 para 2016 na Figura 07, foi importante a averiguação por um dos itens que englobam o indicador IFDM de Emprego & Renda, a geração de emprego formal, a própria Figura 06 já deixa claro a redução na oferta de empregos, sendo aceitável concluir como um dos principais motivos para tais reduções.

É plausível tirar conclusões em relação a crise de 2008 que segundo Ramos (2008), antes da crise a geração de empregos estava com taxas altas em setores que estavam dinamizados por conta do crédito, setores como a indústria, construção civil e serviços, com menos crédito eles crescem menos, logo contratam menos. Ainda segundo o autor o problema da escassez de crédito é difícil de contornar no curto prazo, ou seja, o início dos efeitos seria visto ao longo dos anos após a crise em específico.



Assim, mesmo o município de Dourados apresentando o valor do PIB melhor que as demais localidades, ainda assim, não houve reflexos no crescimento de emprego. Isso pode ser explicado, pelo baixo crescimento do setor industrial, que tende a ser o setor com maior geração de emprego e renda por também desencadear novos ramos no setor de serviços. Estas condições podem refletir nos aspectos sociais do município, portanto, no próximo tópico é abordado como foi o comportamento das condições sociais no período de estudo deste trabalho.

## 4.2 ASPECTOS SOCIAIS

### 4.2.1 A Saúde no Município de Dourados

No contexto de aspectos sociais este subitem aborda com base no IFDM os indicadores de Saúde e Educação, especificando os gastos com essas áreas, o investimento na população, compreendendo basicamente o cumprimento por parte do município dos itens da Lei Municipal nº 3741<sup>13</sup>: I - reduzir as desigualdades sociais e garantir o acesso à população aos serviços públicos; III - garantir aos alunos do município melhores condições de ensino para sua formação de cidadão; IV - oferecer à população saúde pública adequada e saneamento básico.

É importante ressaltar que este trabalho não pretendeu adentrar nos detalhes das leis aplicadas nos períodos analisados atentando-se apenas aos resultados, a fim de extrair indicativos da efetividade das funções do município de Dourados. Inicialmente é apresentado os gastos com saúde (Tabela 05) para o âmbito nacional, estadual, microrregional e local, entre as fontes de captação dos dados estão o site Compara Brasil, Portal da Transparência e o DATASUS.

---

<sup>13</sup> Conforme citada neste trabalho no item 2.1 na página 16.

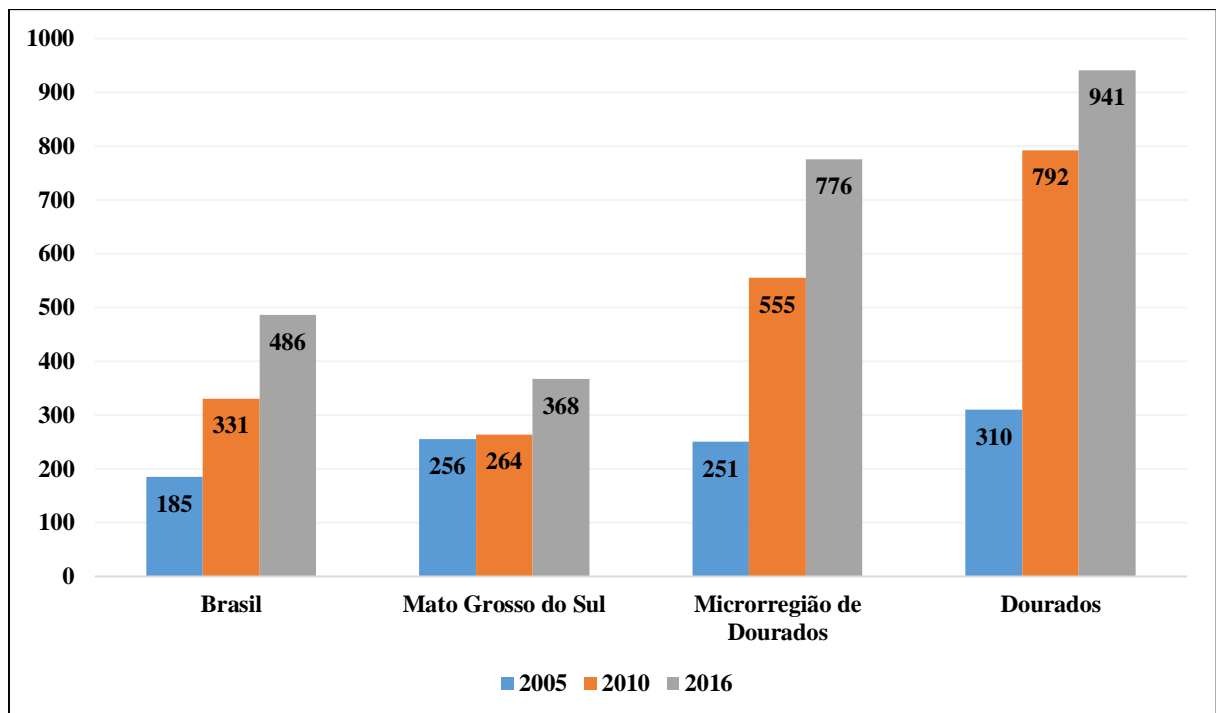
**Tabela 05: Gastos com saúde em milhares de reais nos anos de 2005, 2010 e 2016 (valores nominais para os anos em questão).**

País, UF, Microrregião e Município	Gastos com saúde (R\$ 1.000)		
	2005	2010	2016
<b>Brasil</b>	34.101.000	63.224.000	100.190.000
<b>Mato Grosso do Sul</b>	578.866	646.508	986.614
<b>Microrregião de Dourados</b>	110.311	278.087	433.289
<b>Dourados</b>	56.723	155.213	202.677

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Datasus, Compara Brasil e Portal da transparência (2019).

Por meio da Tabela 05 é possível observar informações como a proporção de investimento na saúde que Dourados representa com relação a Mato Grosso do Sul, sendo 9,79% em 2005, 24,00% em 2010 e 20,54% em 2016. O que leva a conclusão que há um gasto significativo com o município de Dourados, favorecendo o seu desenvolvimento nessa área, vale ressaltar que em 2010 o município foi responsável por praticamente 25,00% dos gastos estaduais.

Para melhor esclarecimento, o investimento do município com saúde é ilustrado na Figura 08 que demonstra que Dourados lidera o gasto com saúde por pessoa, ficando nos três períodos observados à frente do país, estado e microrregião. Para a obtenção desses valores foi necessário utilizar os dados da Tabela 05 e dividi-los pela população (Tabela 01) no período.

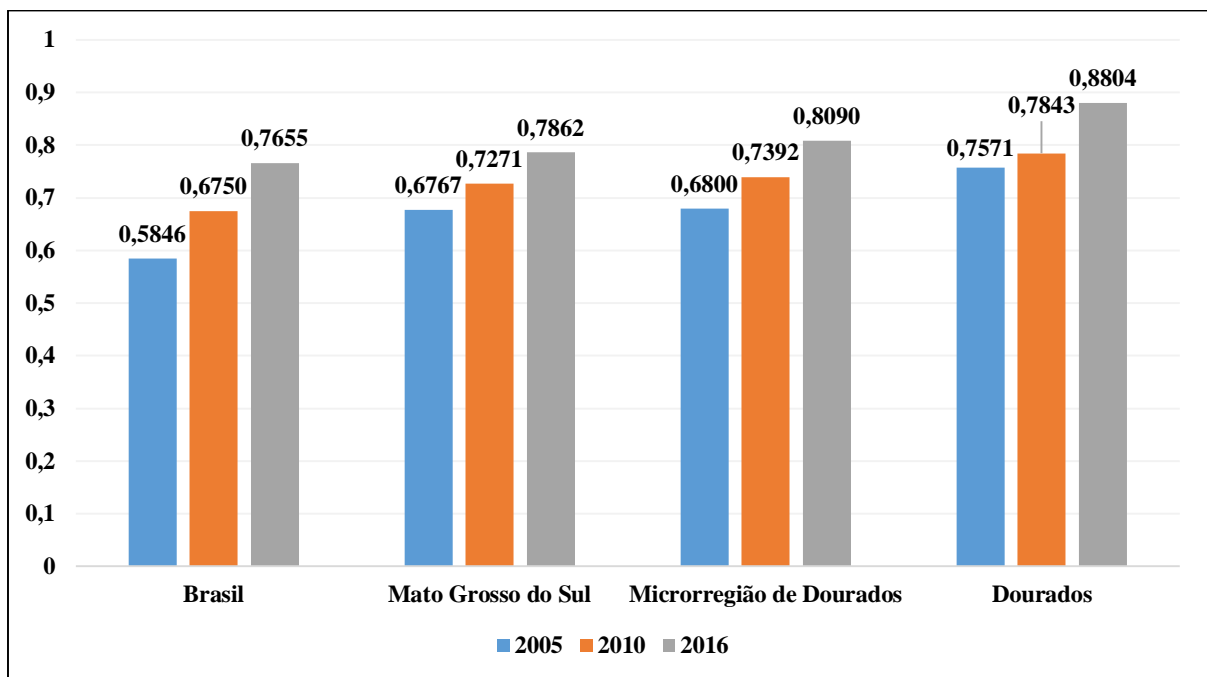


**Figura 08: Gastos com saúde per capita em reais nos anos de 2005, 2010 e 2016.**

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2018), DATASUS (2018), Compara Brasil (2018) e Portal da transparência (2018).

Os dados apresentados na Figura 08 coadunam com os valores do IFDM-Saúde, de tal maneira que Dourados obteve o melhor resultado quando comparado no âmbito nacional, estadual e microrregional. Contudo, ao verificar a taxa de mortalidade geral, todos apresentaram aumento, sendo que a taxa do município aumentou de 5,84% em 2005 para 6,43% em 2016, apresentando a maior taxa com relação aos outros locais em 2016: Microrregião de Dourados (6,35%); Mato Grosso do Sul (6,24%); e Brasil (6,36%) (DATASUS, 2019).

Pela Figura 09 é possível verificar que mesmo Dourados apresentando maior gasto por pessoa em saúde e maior taxa de mortalidade geral, indicando possível ineficiência nos gastos públicos em saúde, o município apresentou IFDM-Saúde melhor que as demais localidades. Embora, a alta taxa de mortalidade pode estar relacionada por Dourados concentrar vários hospitais regionais e especializados para atender sua Microrregião, o que gera maior demanda de atendimento hospitalar e que pode explicar a alta taxa de mortalidade.



**Figura 09: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), agregado de Saúde para os anos de 2005, 2010 e 2016.**

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IFDM.

Sabendo a composição do IFDM-Saúde e observando a Figura 09 é possível inferir que a saúde evoluiu ao longo dos anos em todas as regiões observadas, de maneira que os gastos também aumentaram. Nesse sentido, a saúde é um item fundamental para qualquer região e quanto ao município de Dourados, o mesmo demonstrou números contraditórios, elevado gastos públicos em saúde mas dificuldades em reduzir a taxa de mortalidade de sua população. No âmbito geral do município, o IFDM de saúde apresentou índice melhores que no contexto

nacional, estadual e regional nos três períodos, corroborando entre outras variáveis captadas pelo IFDM de que há indicativos de melhora na saúde pública douradense.

#### 4.2.2 A Educação no Município de Dourados

Após introduzidos dados sobre a saúde, faz-se necessário observar o setor da educação, outro indicador fundamental para atender aos objetivos deste trabalho, aqui resumido, os dados referentes a gastos com a educação (Tabela 06). Sendo um polo de ensino, o município de Dourados engloba várias Instituições de Ensino Superior, como a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Anhanguera Educacional, Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS) e o Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) que atraem estudantes de todas as localidades, principalmente, dos municípios vizinhos que compõe a Microrregião de Dourados.

**Tabela 06: Gastos com educação em milhares de reais nos anos de 2005, 2010 e 2016.**

País, UF, Microrregião e Município	Gastos com educação* (R\$ 1.000)		
	2005	2010	2016
<b>Brasil</b>	16.187.695	38.281.075	95.184.000
<b>Mato Grosso do Sul*</b>	556.757	868.011	1.644.458
<b>Microrregião de Dourados**</b>	111.291	244.750	497.035
<b>Dourados**</b>	41.614	92.639	188.977

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Série histórica do Ministério da Fazenda (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI), Portal da Transparência e no Compara Brasil (2019).

\*Gastos para Educação de Jovens e Adultos; Educação Básica e demais subfunções.

\*\*Gastos para Educação Infantil e Educação Especial e demais subfunções.

A Tabela 06 permite conclusões no contexto de proporção de gastos no âmbito estadual, visto que em 2005 Dourados foi responsável por 7,47% do gasto estadual com educação, 10,67% em 2010 e 11,49% em 2016. É possível observar ainda um aumento dos gastos no município de 122,00% quando comparado de 2005 para 2010 e 103,00% de 2010 para 2016.

Para uma visualização do investimento em educação e o resultado gerado, foi elaborada a Tabela 07, que apresenta dados referentes ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) observado e as metas para o ano em questão do Brasil, Mato Grosso do Sul, Microrregião de Dourados e do município de Dourados. Inicialmente é possível notar que Dourados demonstra bons resultados, mesmo não tendo alcançado as metas estipuladas, se comparado com país, estado e microrregião, perdendo apenas para o país em 0,3 e para o estado por 0,2 no ano de 2011 e por 0,1 no ano de 2017.

**Tabela 07: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos finais do ensino fundamental da rede pública nos anos de 2005, 2011 e 2017 e as respectivas metas.**

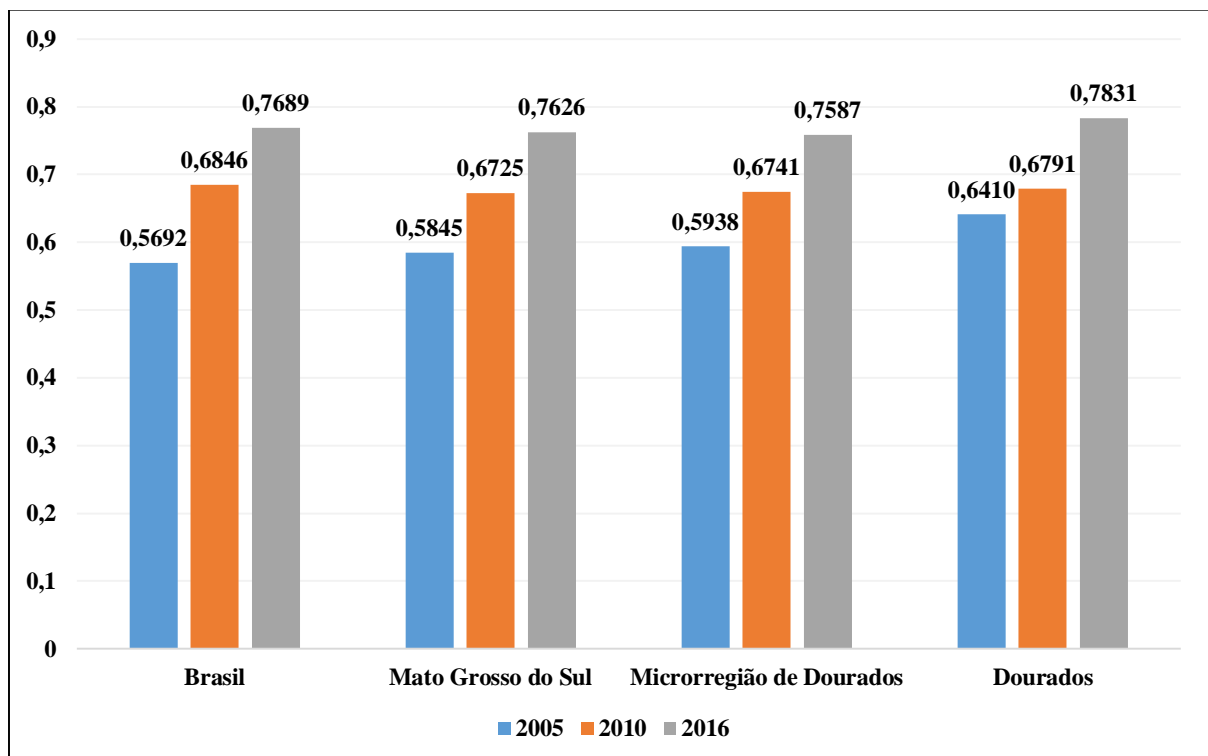
País, UF, Microrregião e Município	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica				
	2005 <sup>1</sup>	2011		2017	
		Observado	Meta	Observado	Meta
<b>Brasil</b>	3,2	3,9	3,7	4,4	4,7
<b>Mato Grosso do Sul</b>	3,1	3,8	3,6	4,6	4,6
<b>Microrregião de Dourados<sup>2</sup></b>	3,2	3,5	3,6	4,5	4,7
<b>Dourados</b>	3,3	3,6	3,8	4,5	4,8

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP (2019).

<sup>1</sup> Para o ano em questão não houve uma meta estipulada.

<sup>2</sup> Para o cálculo do valor observado e da meta, foi utilizado uma média das notas e metas dos municípios da Microrregião de Dourados.

Na sequência é apresentado o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (Figura 10), agregado de Educação, que engloba variáveis como atendimento à educação infantil; abandono no ensino fundamental; distorção idade-série no ensino fundamental; docentes com ensino superior no ensino fundamental; média de horas aula diária no ensino fundamental e o resultado do IDEB no ensino fundamental, englobando os dados apresentados na Tabela 07.

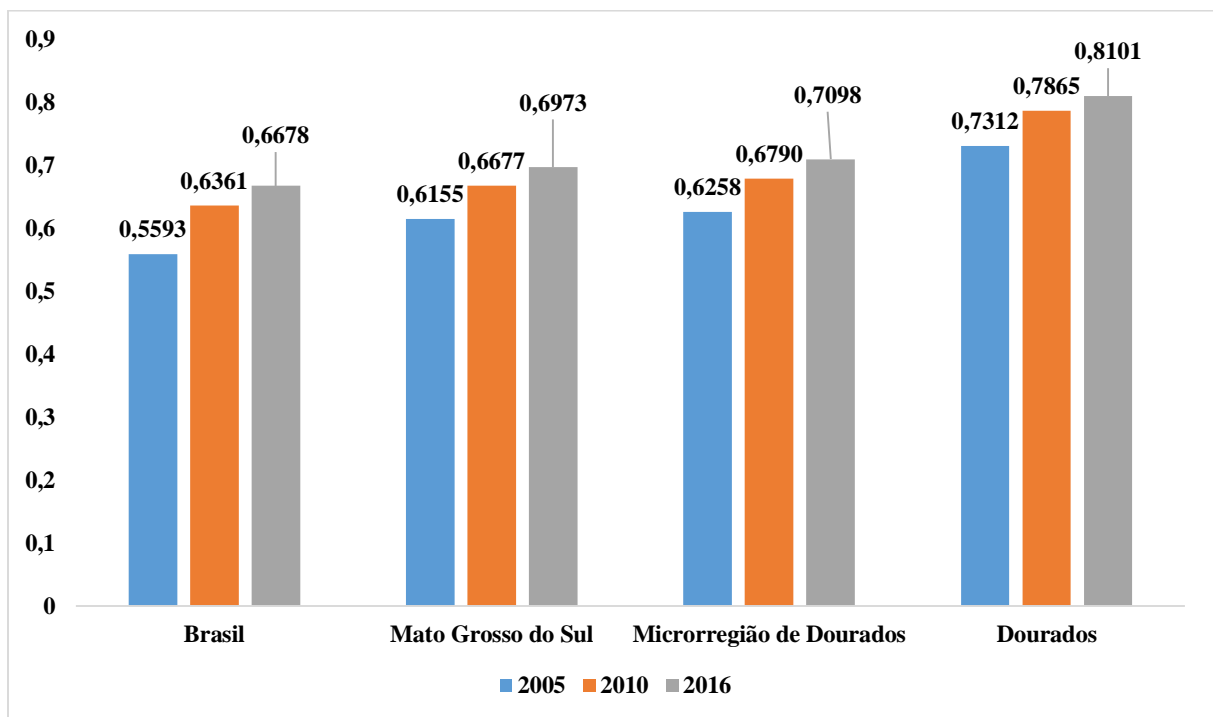


**Figura 10: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), agregado de Educação para os anos de 2005, 2010 e 2016.**

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IFDM.

Os resultados ilustrados na Figura 10 demonstram que a educação no país vem melhorando ao longo do período, na medida que é possível notar o aumento dos gastos públicos em educação (Tabela 06), sendo um investimento importante para o desenvolvimento. Dourados se mostra acima da média se comparado ao país, estado e microrregião, exceto no ano de 2010 ficando abaixo da média nacional.

Em termos gerais o município demonstra um bom desenvolvimento educacional, classificando-se na categoria Desenvolvimento Moderado (entre 0,600 e 0,800), segundo a metodologia do próprio Índice FIRJAN. Na Figura 11 é apresentado o IFDM Geral do município de Dourados entre os anos de 2005 e 2016. O IFDM Geral contém na sua construção as variáveis agregadas Emprego & Renda, Saúde e Educação.



**Figura 11: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), agregado de Educação, Saúde e Emprego & Renda para os anos de 2005, 2010 e 2016.**

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IFDM.

Quanto a análise da Figura 11, o índice demonstra um crescimento do município de Dourados de 7,56% de 2010 em relação a 2005 e de 3% quando comparado 2016 com 2010, sendo a queda no crescimento do segundo período, possivelmente motivada pelos fatores que influenciaram a variável agregada Emprego & Renda após a crise de 2008, como já explanado anteriormente.

Dourados demonstra bons números em seus diversos setores da economia, mantendo sua taxa de crescimento do PIB estável em um período de queda para o país e para o estado de

Mato Grosso do Sul. O município possui uma renda *per capita* acima da faixa estadual, sendo possuidora de significativas taxas de crescimento nos setores de produção, ofertando empregos nas diversas áreas de produção e elevando a oferta desses empregos ao longo dos anos, ficando na faixa de Desenvolvimento Moderado nas variáveis Emprego & Renda e Educação e Alto Desenvolvimento para o setor da saúde segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2016).

Fato curioso foi que o município de Dourados apresentou um crescimento do Produto Interno Bruto melhor que o Brasil, sua Microrregião e sua Unidade Federativa, mas apresentou queda no IFDM Emprego e Renda, o que pode indicar possível concentração de renda. Por fim, o IFDM Geral evidencia que o município se encontra em Alto Desenvolvimento segundo os dados de 2016, assim como se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento do IDHM (IBGE, 2010).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o perfil de desenvolvimento econômico e social do município de Dourados entre os anos de 2005 e 2016, por meio de informações relevantes sobre aspectos econômicos e sociais. Comparações do município com os indicadores do país, estado e microrregião foram realizadas pra melhor visualização do cenário que a cidade se enquadra dentro do período de 2005 a 2016.

A partir das análises realizadas foi possível constatar que a cidade de Dourados possui indicadores favoráveis, como o investimento na saúde e educação; o PIB; e a renda per capita. O IFDM foi um dos principais indicadores analisados pelo trabalho e resume a situação social e econômica do município, nos aspectos abrangentes por ele, de maneira que Dourados se enquadra no alto estágio de desenvolvimento segundo o Índice.

De acordo com o proposto no objetivo geral deste trabalho, foi possível analisar o perfil do município de Dourados e observar a situação de desenvolvimento de cada setor analisado. Em relação aos objetivos específicos foram realizadas análises sobre Emprego/Renda do município, assim como foram observados os gastos públicos com educação e saúde, de maneira a analisar a evolução de outros indicadores a partir destes gastos.

Os resultados demonstraram que mesmo havendo aumento de gastos públicos na saúde e na educação, há indicativos de que ainda é necessário que estes gastos sejam mais eficientes. Outro aspecto, o econômico, evidenciou que Dourados possuiu um PIB melhor que o Brasil, Mato Grosso do Sul e Microrregião, mas também apresentou queda no IFDM Emprego e Renda, o que possibilita refletir sobre a qualidade de geração de emprego e renda e o nível de concentração de renda do município.

Como sugestão de política pública, é importante a aplicação de medidas que venham a direcionar os gastos públicos com mais eficiência para gerar resultados diretamente em indicadores de educação, causando assim um possível aumento nas notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) ou da saúde, no intuito de melhorar a qualidade de vida e reduzir a taxa de mortalidade do município. Também é importante destacar, a necessidade de políticas que promovam melhor distribuição de renda, como políticas de empregos e assistenciais para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Este trabalho possibilita a continuação através de outros estudos que possam analisar as políticas individualmente aplicadas ao decorrer dos anos de 2005 a 2016 no município de Dourados, de maneira a observar quais políticas específicas foram mais influentes ou criaram



de forma mais consistente os resultados aqui expressados ao longo do trabalho. E por final as contribuições deste trabalho podem ser vistas como um agregado de informações da situação econômica do município de Dourados com uma abordagem do cenário regional, estadual e nacional, sendo possível base para ajudar em estudos futuros que envolvam a análise do município em seus aspectos econômicos e sociais.

## REFERÊNCIAS

- AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **A Casa Paraguaia de Dourados (1991-1994)**. Revista Arandu, n.º 03, fevereiro/abril 1998. p. 87-101. 1998.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL**. Disponível em: < <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 21 out. 2018.
- BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.
- BRAGA, Ruda. O ciclo das políticas públicas. **UNISSAU**, Aracaju, 20 ago. 2018. Disponível em: < <https://www.uninassau.edu.br/noticias/o-ciclo-das-politicas-publicas> >. Acesso em: 20 abr. 2019.
- BRASIL. LEI Nº 8080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília, DF, set 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm) >. Acesso em: 18 nov. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico De Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf> Acesso em 18 nov. 2018.
- CAVALCANTI, M. M. de A. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual**. 2010.
- CECHIN, Alícia; MONTOYA, Marco Antonio. **Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008**. Teoria e Evidência Econômica - Ano 23, n. 48, p. 150-171, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/download/7363/4334/>>. Acesso em: 03 nov. 2019.
- CAGED**. Ministério do Trabalho. **CAGED (2019) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged>. Acesso em ago. de 2019.
- COMPARA BRASIL**. Disponível em:<<http://comparabrasil.com/municipios/paginas/modulo1.aspx>>. Acesso em: 22 out. 2018.
- CONSTITUIÇÃO DE 1988**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 18/11/2018.
- DATASUS**. Ministério da Saúde. **DATASUS (2018) – Departamento de Informática do SUS**. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/ambulatoriais/sai>. Acesso em ago. de 2019.

DE PAULA, Luiz Fernando; PIRES, Manoel. Crise e Perspectivas para a Economia Brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31 (n. 89), p. 125-149, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0125.pdf>. Acesso em set. de 2019.

DOURADOS. LEI Nº 3741, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013. **Dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município, para o período de 2014 a 2017**. Dourados, MS, dez. 2013. Disponível em: < [http://do.dourados.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2014/03/08\\_01\\_14.pdf](http://do.dourados.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2014/03/08_01_14.pdf)>. Acesso em 18 nov. 2018.

DOURADOS. LEI Nº 3532, DE 13 DE MARÇO DE 2012. **Institui o Programa de Desenvolvimento Econômico do Município de Dourados e dá outras providências**. Dourados, MS, mar. 2012. Disponível em: < <http://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-PDE-n%C3%82%C2%BA-3.532-com-3699-13-4065-16-e-4122-17.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2019.

EASTON, D. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois. **Desenvolvimento e Saúde: em busca de uma nova utopia**. Revista Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v.19, nº 71, 2007.

GADELHA C. M. BORGES, **Informe CEIS nº 2, ano II – Dezembro de 2011 - Saúde e Desenvolvimento**, 2011.

HILL, Michael. **Implementação: uma visão geral**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estados**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=5003702>>. Acesso em: 20 out. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

**IDEB**. Ministério da Educação. **IDEB (2019) – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em set. de 2019.

IFDM. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: < <http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 21 out. 2018.

**INEP.** Ministério da Educação. **INEP (2019) – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em set. de 2019.

Ipea. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 21 out. 2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Socioeconômicos na gestão pública.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2009.

KAYANO, Jorge; CALDAS, Eduardo de Lima. **Indicadores para o diálogo.** IN: GT Indicadores – plataforma Contraparte NOVIB. Texto de Apoio da Oficina 2. São Paulo, 03 a 05 de Junho de 2002. Disponível em: < <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper47.pdf> >. Acesso em: 18 nov. 2018.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: a casebook on the role of policy analysis.** Santa Mônica, calif.: Goodyear, 1980.

MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Org.). **Caminhos para análise das políticas de saúde.** Rio de Janeiro: IMS, 2011. Online: disponível em [www.ims.uerj.br/ccaps](http://www.ims.uerj.br/ccaps).

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** *Revista FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

PEREIRA, J. A.; RESCH, S.; DOCKHORN, M.; RODRIGUES, W.; SILVA, M. Desenvolvimento Local e Regional: características da Microrregião de Iguatemi do Estado de Mato Grosso do Sul. **RECC – Revista Eletrônica Científica do CRA-PR**, v. 4, n. 2, p. 19 - 35, 2017.

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DE DOURADOS 2018.** Mato Grosso do Sul 132 p. il. Tab. 2, 2019. Disponível Em: <http://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Perfil-Socioeconomico-de-Dourados-2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Disponível em:< <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.** Disponível em: < <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/programa-de-desenvolvimento-economico-de-dourados-pde/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.** Controladoria-Geral da União. **Despesa Pública.** Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/>. Acesso em ago. de 2019.

RAMOS. Carlos Alberto. **Crise financeira já afeta a geração de emprego no país (2008).** Folha de São Paulo, 21, novembro 2008. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2111200826.htm/>>. Acesso em: 05 out. 2019.

RONCARATTI, Luanna Sant'Anna. **Caderno de Políticas Públicas**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, 2008.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SANTOS, N. B.; FARIA, A. M. M.; DALLEMOLE, D. MANOS, J. R. P. Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos 2005 e 2013. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 3, p. 169-182, jul./set. 2017.

SAVIANI, D. **Interlocuções pedagógicas: conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação**. Campinas: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação)

**SÉRIES HISTÓRICAS**. Ministério da Fazenda. **Gastos com educação**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/series-historicas/>. Acesso em ago. de 2019.

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**. Disponível em: <<http://www.sindicatodaindustria.com.br/siams/empresas/>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993, p. 236.

TEIXEIRA, E. C. **Sociedade Civil e participação cidadã no poder local**. Salvador: UFBA, 2001.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo:Saraiva, 1998.